

Alvo da demagogia

Eduardo Brito

Imagine-se que Juan Castro, pistoleiro de Cali, e Martin Sosa, guarda-costas desempregado de Pablo Escobar, de Medellín, encontrem-se em um bar de Bogotá e combinem um golpe memorável. Trata-se de assaltar os caminhões de mudança de uma viúva, que percorreriam estreitas trilhas na montanha. Reúnem cinco capangas, como eles de baixa estatura e provenientes de remotos cantos do país. Aí, interceptam os veículos no vilarejo de Santa Maria de Los Andes, a meio caminho do destino, e desviam sua carga.

Pelo valor dos bens furtados, calculado em meio bilhão de dólares, traz o caso comoção internacional. Num primeiro momento, Castro e Sosa concentram a execração pública. Pede-se que sejam presos, suas casas arrasadas, suas contas bancárias expropriadas. Só faltou pedir que os fuzilassem. Mais tarde, porém, descobre-se um outro culpado. A pequena Santa Maria de Los Andes. Afinal — raciocina-se com lógica — caso os caminhões não estivessem lá, lá não seriam assaltados.

Essa mesma lógica é que está sendo usada para culpar Brasília pelos desvios ocorridos no Tesouro, especialmente aqueles praticados pela máfia do Orçamento, os pistoleiros da nossa história. Eles foram enviados ao Distrito Federal pelos eleitores dos mais variados estados do País, havendo entre eles representantes da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais, de quase todos os cantos. Alguns, aliás, partiram com os votos de municípios esquecidos por Deus, em pontos absolutamente remotos do interior.

Na verdade, nem precisariam estar em Brasília para praticar seus delitos. Do DF usaram apenas um salão velho do corredor de Comissões da Câmara, onde se reunia a Comissão Mista do Orçamento. Aliás, usaram também certa vez a casa do economista José Carlos Alves dos Santos para uma festa de aniversário. Fora disso, Brasília era-lhes completamente dispensável. Os contatos com os burocratas do Executivo — também

eles de outros pontos do País — eram feitos por telefone, podendo os interlocutores estar em Campinas ou nas ilhas Caiman. Nem mesmo o dinheiro estava no Distrito Federal, fisicamente, passando direto dos bancos arrecadadores para as entidades subvencionadas nos municípios ou para as contas numeradas das empreiteiras.

Qual a razão, portanto, das fortes críticas a Brasília? Há dois níveis de explicação. O mais visível é o interesse, extemporâneo mas não incompreensível, de se fazer a capital retornar ao Rio de Janeiro. Há até uma emenda nesse sentido, a ser examinada durante a revisão constitucional. Claro que a proposta se afigura absurda, mas empresários luminenses obviamente teriam interesse em que o Governo ampliasse seus investimentos no Rio. Ninguém imagina que isso melhoraria as precárias condições de vida da marginalizada população de lá, mas para esses segmentos a vantagem é evidente.

Há, porém, uma razão mais ampla para a campanha. No Brasil como em outros países — os Estados Unidos constituem o melhor exemplo — existe uma tendência natural de explorar demagogicamente a afluência econômica e social para os principais centros. Trata-se de explorar um pretensão confronto entre o país real e os pólos de tomada de decisões. Andrew Jackson tornou-se presidente dos Estados Unidos há 160 anos explorando esse tema.

É um dos mais velhos filões para a demagogia barata. Aponta-se um inimigo aparentemente externo, como os marajás ou os tubarões, sem identificá-lo para evitar problemas maiores. Joga-se então sobre ele a culpa pelo que de mau acontece. Por não serem os eleitores tão ricos, tão bonitos, tão por dentro quanto deveriam, caso houvesse justiça. O demagogo fica ainda com a vantagem de não precisar abordar as verdadeiras razões da miséria, da doença, do analfabetismo, da fome. No caso, há quem tenha optado por colocar Brasília nesse papel. O que se procura é o mesmo de sempre: enganar o povo.

3661
70
77
CORREIO BRAZILIENSE